

TAC DO PLANO B - INFORME 81



Boa noite a todos(as),

Apresento a seguir um breve resumo da história recente da negociação do TAC do plano B; em seguida, relato a reunião ocorrida nos dias 26 e 27.08.2021.

Resumo da história recente da negociação - Recuperando o acontecido, a primeira reunião bilateral de negociação efetiva ocorreu em 02.06.21. O Governo apresentou a primeira proposta de devolução de 590 milhões, evoluindo para 553 milhões num segundo momento na mesma reunião.

Após a reunião, a equipe do AGROS passou a estudar os números, premissas, índices e bases de cálculo da proposta do Governo.

Em 18.06.2021, houve uma nova reunião bilateral para esclarecimentos de dúvidas em relação aos números apresentados pela equipe do Governo na reunião do dia 02 de junho. (...) “O AGROS solicitou que fossem apresentadas, dentre outras informações, a origem dos dados, a forma como se chegou àquele valor, os índices utilizados, etc., o que foi esclarecido pela equipe do Ministério da Economia.”

Seguiram-se reuniões unilaterais da CCAF ora com o AGROS, ora com a União.

Nas reuniões unilaterais, foram enfatizadas as balizas que nortearam a discussão: do lado do AGROS, a garantia do equilíbrio atuarial do plano B; do lado da União, a fundamentação técnica e jurídica para legitimação do acordo junto aos órgãos de controle.

Para garantir o equilíbrio do plano B, o AGROS insistia em manter as provisões matemáticas mais as reservas de contingência. A equipe da União alegava que para justificação junto aos órgãos de controle (TCU, CGU, etc.) precisariam garantir o retorno do que foi aportado ao AGROS com correção monetária mais juros.

Relato da reunião bilateral de 26 e 27.08.2021 **PARTICIPANTES:**

AGROS

1. Samuel Loureiro – Advogado AGROS em Brasília;
2. Constantino José Gouvêa Filho – Consultor do AGROS;
3. Adriel Rodrigues de Oliveira – Presidente da APAGROS;
4. Áurea Maria Resende de Freitas – Diretora de Seguridade do AGROS;

5. Cidriane Mônica Ferreira de Oliveira – Assessora Jurídica do AGROS.

CCAF

1. José Roberto da Cunha Peixoto – Diretor da CCAF/CGU/AGU;
2. Carolina Sofia Ferreira Gomes Monteiro – Conciliadora da CCAF/CGU/AGU;

UNIÃO

1. Rogério Campos - Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Economia;
2. Adler Anaximandro de Cruz e Alves - Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;
3. Paulo Fontoura Valle - Subsecretário do Regime de Previdência Complementar do Ministério da Economia;
4. José Dória Pupo Neto - Coordenador de Estudos Técnicos e Educação Financeira na SURPC/SPREV;
5. Vanir Fridriczewski - Diretor do Departamento de Patrimônio Público e Probidade da Procuradoria-Geral da União (DPP/PGU).

PREVIC

1. Maurício de Aguirre Nakata (DIFIS/PREVIC);
2. Elthon Baier Nunes (PFE/PREVIC).

A equipe do AGROS fez reuniões preliminares preparatórias para a reunião com a bancada da União.

Os negociadores do Instituto entraram na reunião um pouco apreensivos com a presença da PREVIC no evento: na percepção de alguns, a PREVIC poderia significar endurecimento ou complicações na negociação.

A reunião evoluiu tranquilamente com o Governo apresentando uma proposta bem melhor em relação à proposta da reunião de 02.06: dos 553 milhões de devolução, ele baixava para 453 milhões, o que já significava manter no AGROS as provisões matemáticas.

A equipe do governo trouxe à mesa um simulador em planilha com os números do patrimônio social do plano B. O AGROS propôs trabalhar um montante que compreendesse pelo menos as provisões matemáticas, o fundo administrativo mais um percentual das reservas de contingência. A equipe do Governo deixou claro que não poderia abrir mão do fundo administrativo (por motivo de prestação de contas aos órgãos de controle) e que o espaço de negociação teria que ser no percentual das reservas de contingência.

Algumas simulações foram apresentadas e o Governo deixou subentendido que ainda havia algum espaço de negociação.

Já eram 4 horas de reunião, houve uma certa hesitação em relação à continuidade dos trabalhos. O cansaço falou alto, e alguém sugeriu suspender a reunião e continuar no dia seguinte. Foi o que aconteceu. A reunião ficou combinada para as 13:30 da sexta-feira, dia 27. Acordou-se também que a reunião iria até 15h, porque o homem chave da negociação do lado do governo teria outra agenda a partir das 15h.

Parte da equipe do AGROS saiu otimista com a possibilidade de um acordo iminente.

Dia seguinte - Como a reunião seria às 13:30, a equipe do AGROS combinou de fazer uma reunião preparatória às 13h.

O imprevisto crucial - Às 13h, a equipe se fez presente. Após um atraso de uns 10 minutos, compareceu a diretora de seguridade, informando que, após entendimento com a diretoria, discordava do formato em que se estava desenhando o possível acordo, porque se concretizado nos termos em discussão, o acordo poderia inviabilizar a própria sobrevivência futura, a perenidade do Instituto. Isto se daria porque com a drástica redução do patrimônio do plano B e a possível aceleração do pagamento de benefícios na realidade pós-acordo, a contribuição do plano B para o fundo administrativo cairia muito e estrangularia as contas de custeio do AGROS.

Na visão dos negociadores mais antigos, adotar o rumo proposto pela diretoria (ceder apenas a reserva especial no todo ou em parte) inviabilizaria o acordo e nos remeteria à estaca zero.

A posição da diretoria ali comunicada caiu como um balde de água fria nos negociadores do Instituto. Teríamos nadado durante mais de 2 anos nas águas da negociação para morrer na praia, já que o Governo certamente não aceitaria ficar apenas com a reserva especial ou parte dela.

Entramos na sala bilateral abalados, atônitos, desanimados e duvidosos em relação ao que aconteceria a seguir.

O Presidente deu a palavra à diretora do AGROS que ela pudesse expor o ponto de vista do AGROS. Ela iniciou metaforicamente afirmando que o AGROS estava - como um esquilo mongol - sendo atropelado por um elefante – a União. E que um acordo nos termos em que se estava delineando, a União ficaria com a parte do leão e o AGROS com o pouco que sobrasse.

A equipe do Governo se contrapôs bem-humorada, alegando que cumpriam o papel de reivindicar o que havia sido posto no AGROS pela União. E que algo em torno de 90% do patrimônio do plano B era oriundo de recurso repassado pelo Governo.

O presidente da mesa, diante do impasse, não se deu por vencido. Chamou o representante dos participantes do AGROS para saber se ele

compartilhava a posição da diretora. Aí, tivemos de expor o racha de nossa equipe, apresentando o ponto de vista das bases do AGROS. O referido representante afirmou discordar respeitosamente da diretora, e que tanto o Conselho Deliberativo do Instituto quanto as diretorias das entidades representativas dos participantes sinalizaram positivamente para a continuidade da negociação nos termos em que ela estava sendo conduzida.

Sutil e habilidosamente, o moderador retomou a negociação como se não houvesse ocorrido um momentâneo impasse. Novas simulações foram feitas, voltamos à sala do AGROS, e de novo para a sala bilateral. A equipe do AGROS apresentou a proposta de 400 milhões de devolução à União e retenção ao AGROS das Provisões matemáticas mais 50% das reservas de contingência (ou 12,5% das reservas matemáticas). A União não aceitou; o presidente da mesa acenou então com um percentual de 11% das reservas matemáticas. Este valor pareceu razoável ao AGROS e aceitável pelo Governo. Finalmente, chegava-se a um pré-acordo.

Encerrada a negociação, aconteceu uma reunião da equipe do AGROS com o Conselho Deliberativo e a Diretoria do Instituto. O clima desta reunião foi bastante tenso, acalorado, em virtude da posição assumida pela representante da diretoria na última sessão da mesa de conciliação.

Conteúdo do Pré-acordo - Este pré-acordo ficou assim desenhado:

1. Números

- Patrimônio Social atual do plano B = 1.086 milhões;
- Devolução combinada com a União = 411 milhões;
- Patrimônio do plano B pós-devolução = 675 milhões.

2.Regularização – a PREVIC, presente na mesa de negociação, se comprometeu a encaminhar a finalização do TAC e trabalhar a regularização do plano B, tão logo o acordo seja definitivamente formalizado.

3.Homologação pelo ministro - Os números do acordo serão apresentados ao Ministro do Emprego e Previdência para homologação.

4. Confirmação pelo AGROS - O AGROS terá 30 dias para as discussões internas (entidades, participantes, Conselhos, diretoria e patrocinadora) e, em seguida, comunicar a CCAF se vai implementar o acordo.

Esta **confirmação pelo AGROS** representa hoje nosso principal desafio, ponto mais delicado deste pré-acordo porque depende:

- a) da adesão sem ressalvas da diretoria executiva ao acordo negociado, em vista da posição assumida pela DEX na última sessão da mesa de conciliação;
- b) da aceitação pelos participantes dos possíveis valores de reservas individuais e das condições do novo plano B que será elaborado depois da formalização e consolidação do acordo.

Atenciosamente,

Adriel Rodrigues de Oliveira
Presidente da APAGROS